

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2020**

DENOMINAÇÃO: APDI – Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino, Colite Ulcerosa e Doença de Crohn

MORADA: Avenida Rodrigues Vieira

Nº 80 Sala A

LOCALIDADE: Leça do Balio

FREGUESIA: Leça do Balio

COD. POSTAL: 4465-738

CONCELHO: Matosinhos



(O Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Leça do Balio , _____

Leça do Balio , _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	689,12	884,62
Investimentos financeiros	5	69,39	30,63
		758,51	915,25
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	10.7	36,80	36,80
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10.1	87,94	526,42
Diferimentos	10.3	84,85	28,21
Outros ativos correntes	10.2	88 567,30	8 254,84
Caixa e depósitos bancários	10.4	158 194,32	228 898,04
		246 971,21	237 744,31
Total do ativo		247 729,72	238 659,56
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.5	11 416,70	11 416,70
Resultados transitados	10.5	198 273,92	195 205,90
		209 690,62	206 622,60
Resultado líquido do período		4 008,48	3 068,02
Total dos fundos patrimoniais		213 699,10	209 690,62
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	436,61	2 879,57
Estado e outros entes públicos	10.7	5 972,01	2 952,79
Financiamentos obtidos	8	14,41	347,63
Diferimentos	10.3	20 024,77	11 863,00
Outros passivos correntes	10.8	7 582,82	10 925,95
		34 030,62	28 968,94
Total do passivo		34 030,62	28 968,94
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		247 729,72	238 659,56

A Direção

Contabilista Certificado

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	6	41 990,63	40 368,01
Subsídios, doações e legados à exploração	10.9	35 757,44	53 172,92
Fornecimentos e serviços externos	10.10	-22 846,33	-41 202,97
Gastos com o pessoal	7	-50 434,21	-49 651,47
Outros rendimentos	10.11	134,77	953,36
Outros gastos	10.12	-398,32	-430,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 203,98	3 209,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-195,50	-140,99
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 008,48	3 068,02
Resultados antes de impostos		4 008,48	3 068,02
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		4 008,48	3 068,02

A Direção

Contabilista Certificado

APDI - ASSOC.PORTUG. DOENÇA INFL. INTESTINO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		13 853,82	14 928,52
Pagamentos a fornecedores		-28 654,49	-37 994,55
Pagamentos ao pessoal		-28 268,23	-30 108,10
Caixa gerada pelas operações		-43 068,90	-53 174,13
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		46 575,46	62 335,32
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		3 506,56	9 161,19
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-34,62	-23,48
Outros ativos financeiros		-85 000,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		32,34	116,60
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-85 002,28	93,12
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		10 792,00	48 574,16
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		10 792,00	48 574,16
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-70 703,72	57 828,47
Caixa e seus equivalentes no início do período		228 898,04	171 069,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.4	158 194,32	228 898,04

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: APDI - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOENÇA INFL. INTESTINO
COLITE ULCEROSE E DOENÇA DE CROHN

Contribuinte: 503454311

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Formação Informação	PERÍODOS	
			2020	2019
Vendas e serviços prestados	6	41 990,63	41 990,63	40 368,01
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-50 434,21	-50 434,21	-49 651,47
Resultado Bruto		-8 443,58	-8 443,58	-9 283,46
Outros Rendimentos	10.9/10.11	35 892,21	35 892,21	54 126,28
Gastos administrativos	4/10.10	-23 041,83	-23 041,83	-41 343,96
Outros Gastos	10.12	-398,32	-398,32	-430,84
Resultado operacional (antes de financiamento e		4 008,48	4 008,48	3 068,02
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		4 008,48	4 008,48	3 068,02
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		4 008,48	4 008,48	3 068,02

A Direção

Contabilista Certificado

APDI
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA DOENÇA
INFLAMATÓRIA DO INTESTINO COLITE ULCEROSA E
DOENÇA DE CROHN

Anexo às Demonstrações Financeiras

2020

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Investimentos Financeiros	9
6	Rédito.....	10
7	Benefícios dos Empregados	10
8	Custos de Empréstimos Obtidos	11
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
10	Outras Informações	11
10.1	Fundadores/Beneméritos/Doadores/Associados/Membros.....	11
10.2	Outros Ativos Correntes	11
10.3	Diferimentos	12
10.4	Caixa e Depósitos Bancários	12
10.5	Fundos Patrimoniais	12
10.6	Fornecedores.....	12
10.7	Estado e Outros Entes Públicos	13
10.8	Outros Passivos Correntes.....	13
10.9	Subsídios, Doações e Legados à Exploração.....	14
10.10	Fornecimentos e Serviços Externos	14
10.11	Outros Rendimentos e Ganhos.....	14
10.12	Outros Gastos	15
10.13	Resultados Financeiros	15
10.14	Outras informações consideradas relevantes	15
10.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

A “APDI – Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino Colite Ulcerosa e Doença de Crohn” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 106, III Série de 8 de Maio de 2001, com sede em Avenida Rodrigues Vieira, 80 - Sala A – Leça do Balio - Matosinhos. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Aconselhamento e apoio a pessoas que sofram da Doença de Crohn/Colite Ulcerosa
- Melhoria e alargamento dos cuidados médicos ambulatoriais
- Difusão de informação sobre esta doença para o público
- Promoção da investigação sobre as causas e tratamento da doença
- Cooperação com a classe médica, pessoal de enfermagem, indústria farmacêutica, serviços e entidades públicas

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas em estimativas e erros.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (Periodização Económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo, é preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da

realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários estão desagregados na nota 9.4, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento Informático	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas para, assim, retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste, por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e Gastos Similares Suportados”.

3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	Abate	Transferência	31-12-2020
Equipamento Básico	434,08				434,08
Equipamento Administrativo	3 964,83				3 964,83
Outros Ativos Fixos Tangíveis	135,05				135,05
Ativo Tangível Bruto	4 533,96	0,00	0,00	0,00	4 533,96
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	434,08				434,08
Equipamento Administrativo	3 080,21	195,50			3 275,71
Outros Ativos Fixos Tangíveis	135,05				135,05
Depreciações Acumuladas	3 649,34	195,50	0,00	0,00	3 844,84
Ativo Tangível Líquido	884,62	-195,50	0,00	0,00	689,12

5 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	69,39	30,63
Total	69,39	30,63

6 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços	41 990,63	40 368,01
Quotas	12 798,00	11 110,47
Patrocinadores e Colaborações	27 732,63	27 360,54
Abbvie	0,00	6 000,00
Takeda	2 732,63	6 560,54
Merck Sharp	3 000,00	2 500,00
Janssen Farmacêutica	2 500,00	4 000,00
Guess What	0,00	300,00
Pfizer	7 000,00	6 000,00
Pharmakern Portugal	3 000,00	1 000,00
Biogen Portugal	1 500,00	1 000,00
OM Pharma SA	5 000,00	0,00
Sandoz Portugal	1 000,00	0,00
Ferring Pharmaceuticals	2 000,00	0,00
Honorários	1 460,00	1 897,00
Pfizer	0,00	500,00
Abbvie	0,00	708,00
Roche Farmacêutica	0,00	225,00
Takeda	360,00	464,00
Janssen - Cilag Farmacêutica	1 000,00	0,00
Universidade Nova	100,00	0,00
Total	41 990,63	40 368,01

7 Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2020 e 2019 foram de “13”.

O número médio de pessoas ao serviço da associação durante os anos de 2019 e de 2020 foi, de 3.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações Órgãos Sociais (Moe)	24 597,84	24 402,00
Remunerações ao Pessoal	16 600,12	15 526,15
Encargos Sobre as Remunerações	8 861,51	8 605,00
Seguros de Acidentes no Trabalho	201,34	601,40
Outros Gastos com o Pessoal	173,40	203,40
Estágio IEFP	0,00	313,52
Total	50 434,21	49 651,47

8 Custos de Empréstimos Obtidos

A rubrica “Financiamentos Obtidos” tinha em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 o seguinte saldo:

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Cartão de Crédito	14,41		14,41	347,63	0,00	347,63
Total	14,41	0,00	14,41	347,63	0,00	347,63

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Fundadores/Beneméritos/Doadores/Associados/Membros

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Quotas Associados	87,94	526,42
Total	87,94	526,42

10.2 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Devedores por Acréscimos Rendimentos	0,00	7 024,54
Fundos de Investimento	85 000,30	0,30
Outros Devedores	3 567,00	1 230,00
Total	88 567,30	8 254,84

10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguros	84,85	28,21
Total	84,85	28,21
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas Anos Posteriores	367,94	313,00
Laboratórios	19 656,83	11 550,00
Total	20 024,77	11 863,00

10.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020	2019
Caixa	0,36	3,09
Depósitos à Ordem	68 193,96	168 894,95
Depósitos a Prazo	90 000,00	60 000,00
Total	158 194,32	228 898,04

10.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	11 416,70			11 416,70
Resultados Transitados	195 205,90	3 068,02		198 273,92
Total	206 622,60	3 068,02	0,00	209 690,62

10.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores	436,61	2 879,57
Total	436,61	2 879,57

10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
IVA - Reembolsos Pedidos	36,80	36,80
Total	36,80	36,80
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	103,50	67,00
IVA - A Pagar	4 922,00	1 919,86
Segurança Social	943,02	962,72
Fundos Compensação	3,49	3,21
Total	5 972,01	2 952,79

10.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outras Contas a Pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos	0,00	7 483,56	0,00	8 814,16
Outros Credores	0,00	99,26	0,00	233,92
Remunerações ao Pessoal	0,00	0,00	0,00	1 484,27
Fornecedores Investimentos	0,00	0,00	0,00	393,60
Total	0,00	7 582,82	0,00	10 925,95

10.9 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídio IEFP	0,00	125,76
Subsídios Laboratórios	0,00	4 200,00
Pfizer	0,00	3 100,00
Sandoz Portugal	0,00	1 100,00
Doações e Heranças (Donativos)	35 757,44	48 847,16
Abbvie	5 000,00	7 500,00
OMP Pharma	0,00	5 000,00
Pharmakern Portugal	0,00	3 000,00
Takeda	300,00	0,00
Particulares	5 122,00	1 075,80
Falk Pharma	500,00	500,00
Roche Farmacêutica	0,00	5 000,00
Consignação IRS	24 835,44	26 771,36
Total	35 757,44	53 172,92

10.10 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Serviços Especializados	15 032,76	9 438,33
Materiais	852,47	1 373,84
Energia e Fluidos	497,64	896,06
Deslocações, Estadas e Transportes	1 426,47	9 095,41
Serviços Diversos	5 036,99	20 399,33
Total	22 846,33	41 202,97

10.11 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte form

Descrição	2020	2019
Direitos Autor	0,00	111,06
Reembolso Despesas	97,83	725,70
Juros Depósitos	36,94	116,60
Total	134,77	953,36

10.12 Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Correções Exercícios Anteriores	0,00	96,42
Quotizações	398,32	333,46
Multas	0,00	0,96
Total	398,32	430,84

10.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e Rendimentos Similares Obtidos		
Juros Depósitos	36,94	116,60
Total	36,94	116,60
Resultados Financeiros	36,94	116,60

10.14 Outras informações consideradas relevantes

A Câmara Municipal de Matosinhos celebrou um contrato de comodato com a APDI em 2012 com vista à atribuição de um espaço a título gratuito.

As despesas com eletricidade, água e limpeza são partilhadas com duas associações que ocupam o mesmo equipamento.

10.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Em Março o País continua em estado de emergência devido à pandemia Covid-19, no entanto a continuidade da Instituição não está em risco.

Leça do Balio, 12 de Março de 2021

O Contabilista Certificado



A Direção
